

O Partido dos Trabalhadores e o Marxismo

Alexandre dos Santos Lopes. E-mail: alelopes66@gmail.com. Professor do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS). Participação, Representação e Atores Sociais.

Resumen

Este trabajo de investigación objetiva discutir la metamorfosis central de las Prácticas Políticas del “Partido dos Trabalhadores” (PT), entre los años 1987 y 1991. Una investigación sobre la coyuntura política de la década de 1980 y principios de 1990, analizando el comportamiento de los partidos políticos y en especial el PT. También se analizan las dinámicas asumidas por las tendencias internas, es decir, grupos de seguidores que forman parte de la construcción del PT y la definición de su identidad. Esto requirió el análisis de los documentos oficiales del período delimitado, así como las publicaciones realizadas en los periódicos, revistas, tesis y disertaciones, que son muy variados en este momento histórico que estamos viviendo, porque el “Partido dos Trabalhadores” después de veintidós años de existencia, llega a la presidencia con el líder Luiz Inácio Lula da Silva. Se puede percibir que el PT desde 1987, el año de su 5° Encuentro Nacional, opta por la lucha institucional, de hecho abandonando el marxismo y lejos de las demandas populares, que de alguna manera estaban presentes en sus formulaciones, influenciado por las organizaciones marxistas-leninistas y también tradición trotskista. La preferencia “petista” por la institucionalidad se debe en mucho por las transformaciones ocurridas en los escenarios internacional y nacional, con la caída del Muro de Berlín y el fin del "socialismo real", con la introducción del neoliberalismo, lo que permitió al PT adoptar una nueva postura de organización .

1.0 As organizações presentes na formação do PT

No Partido dos Trabalhadores, desde sua fundação convivem diversas organizações e tendências. A partir de 1983, dois grandes blocos se evidenciam: a Articulação e as tendências minoritárias. A Articulação reúne militantes não mais vinculados a grupos organizados: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, bem como ex-militantes da esquerda organizada, particularmente da extinta ALN e, a partir de 1987, os dissidentes do grupo trotskista, O Trabalho. Na presente análise, acreditamos que a Articulação fosse a tendência majoritária existente no PT. Vinculam-se à Articulação Luís Inácio da Silva (Lula); José Dirceu; Olívio Dutra; Luís Gushiken; Jair Menegueli; Aloizio Mercadante, Plínio de Arruda Sampaio dentre outros.

Conforme indica Clóvis Bueno de Azevedo:

A distinção entre partidos clandestinos ou paralelos no PT, agrupamentos ou organizações parapartidários, facções ou tendências internas (no PT ou ao PT, a depender da análise) varia conforme a ênfase que se de a uma ou outra característica de cada grupo.” (AZEVEDO, 1995; p. 79).

Entre a constelação de agrupamentos, partidos, facções e tendências podemos encontrar: a Ação Popular Marxista Leninista (APML), Política Operária (POLOP); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ala Vermelha (ALA); Convergência Socialista (CS); Democracia Socialista (DS). Mais tarde, um ano após a fundação, aderiu ao PT a corrente Liberdade e Luta, O Trabalho. Em 1985, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), grupo que rompera com o PC do B alguns anos antes, também ingressou no PT apesar de manter durante vários meses uma dupla militância no MDB e no PT, porta-vozes públicos do PRC.

1.1 As Organizações Trotskistas

Dentro de cada agrupamento que participaram da fundação do PT, podemos encontrar diferentes concepções defendidas. A pesquisa de Antonio Ozai da Silva (1986) é referencial na discussão acerca das tendências no Brasil.

A corrente *O Trabalho*, mais conhecida pelo nome de Libelu (Liberdade e Luta), era uma chapa estudantil que disputou eleições ao Diretório Central dos Estudantes (DCE) da USP. Este agrupamento político foi impulsionado pela Organização Socialista Internacionalista (OSI) e fazia uma análise de que os sindicatos oficiais atrelados à CLT travavam lutas políticas através de reivindicações incompatíveis com a tese de autonomia sindical, que está presente no Manifesto Programa do Partido dos Trabalhadores, cuja tese defendia que os sindicatos deveriam ser dirigidos por uma política independente.

A posição da OSI defendia que o PT não era um partido revolucionário e colocaram-se contra o surgimento do partido. Como afirma o Antonio Ozai em relação às propostas da OSI encontradas em sua I Conferência Nacional:

O PT é uma resposta ao movimento do operariado no sentido de sua organização independente. É uma resposta que atende aos interesses de auto-preservação da pelegada ‘autêntica’, bem entendido. Porém, para os trabalhadores o importante é conhecer

as intenções ocultas dos pelegos; o importante é que o PMDB é inaceitável como partido, como também é inaceitável a limitação de suas lutas no plano sindical. (SILVA: 1986; p. 180).

No entanto, as propostas da OSI referentes ao PT modificam-se conforme o tempo. No IV Congresso, segundo Antonio Ozai (1986), a organização opta pelo PT considerando que o partido se constrói como uma opção do operariado pelas relações que tem com as massas e que, “construir o PT, contribui com a construção do partido revolucionário.” A OSI tentava uma aproximação com a Articulação dos 113, pois considerava que esta corrente era o pilar de sustentação do Partido dos Trabalhadores. Esta foi uma tentativa de levar as influências da IV Internacional ao partido, acreditava-se que a aproximação à Articulação dos 113, transformaria-se em mais uma organização da IV Internacional.

Ao ingressar no PT, a OSI defendeu que se construísse como um partido de classe, combatendo a ideia de um partido ‘dos trabalhadores e da sociedade’ ou de um ‘partido aberto’. Conforme Karepovs e Leal (2007) era preciso lutar pelo término da ditadura brasileira, romper os acordos firmados pelos governos com o imperialismo, lutar pela independência nacional, etc. Ainda lembram que conjuntamente à Convergência Socialista fizeram um manifesto ‘Em 82 vote PT – Contra a ditadura, os patrões e seus partidos’. Ao longo de 1984, defenderam a convocação de uma Assembleia Constituinte sem a participação das oposições no colégio eleitoral.

Conforme a execução de novos Congressos, a OSI adota o nome de Fração da IV Internacional e tenta uma aproximação com o intuito de aprofundar sua integração no PT. Mais tarde adota o nome *O Trabalho* e passa a ser uma corrente do PT respeitando e adotando as resoluções do partido.

A Causa Operária surgiu de uma cisão do Comitê Internacional pela Reconstrução da Quarta Internacional (CORQUI). A Causa Operária desde o surgimento do PT tentou influir em seu destino travando debates acerca da organização e atuação do partido. Defendia que o PT estivesse envolvido na formação de comitês dentro dos sindicatos para que fossem organizados a partir de seu lugar de trabalho, nos sindicatos classista e de massas; um partido operário. A Causa Operária sempre se recusou encapar as propostas da Articulação dos 113 e de outras correntes do PT, o seu pequeno número de militantes aliado a falta de correspondência com as demais organizações dentro do PT, levaram a isolamento da Causa Operária no partido e conseqüentemente do movimento operário.

A história da Convergência Socialista (CS) formou-se por brasileiros que estavam no exílio na Argentina e possuíam uma publicação chamada “Independência Operária”. Estes exilados organizaram-se em torno da Tendência Leninista-Trotskista do Secretariado Unificado (SU) que junto com militantes da FBT formaram a Liga Operária, que tinha como referência o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Argentina. Em 1977, a Liga Operária passa a chamar-se Partido Socialista dos Trabalhadores e lança o movimento Convergência Socialista, cujos objetivos eram aglutinar militantes socialistas para a formação de um partido no Brasil. Em 1979 o PST passa a se chamar Convergência Socialista.

A Convergência Socialista desde o lançamento do PT, encampou a ideia de formação do partido, mas sempre formulava muitas críticas referentes às formas de organização. Por serem uma organização da IV Internacional com a proposta de construir o Partido Revolucionário no Brasil, ou seja, o Partido da IV Internacional, definiram suas posições a favor da construção do Partido dos Trabalhadores em contraposição às propostas do Partido Comunista Brasileiro, visto como um partido contrarrevolucionário. Entretanto, ao encampar a ideia da construção do PT, suas críticas estavam voltadas à

direção petista, que estaria conduzindo o partido a uma política de conciliação com a burguesia e ao capitalismo e que o partido estaria caminhando para tornar-se simplesmente eleitoreiro, abandonando as lutas sociais.

Karepovs e Leal (2007) apontam as tensões internas da CS ao entrarem no partido. Houve uma divisão interna da organização ao acreditarem que o PT poderia representar o embrião do partido revolucionário.

Portanto desde o começo se estabeleceu uma relação tensa, em que a Convergência Socialista sofreu pressões diluidoras em seu novo meio de trabalho, tendo que se esforçar por delimitar seu território, pressionando para que o PT mantivesse um caráter classista e uma orientação programática socialista. (Karepovs e Leal: 2007; p. 173).

Conforme documento oficial (BASES PROGRAMÁTICAS: 1988) da Convergência Socialista, o PT seria uma proposta pequeno-burguesa, pois em lugar de ter como base as organizações operárias de massas, tinha uma proposta de aliança da burocracia sindical com os grupos pequeno-burgueses de esquerda baseada na formação de núcleos, o que não superava o chamado nacionalismo burguês. Defendiam a formação de frações sindicais¹ que deveriam possuir autonomia de atuação independentemente da vinculação partidária. (CONVERGÊNCIA SOCIALISTA: 1988).

Para a CS o processo de transição foi reflexo das lutas populares que teriam forçado a derrubada da ditadura militar, o que representava um momento de ruptura revolucionária. Com esta análise, a CS aprofunda sua atuação na CUT e tenta implementar uma política de classe na busca de unidade do movimento operário. Acreditavam na ideia de que seriam o embrião do Partido Revolucionário.

Karepovs e Leal (2007) afirmam que a organização em 1984 viu a necessidade de lutar por uma Constituinte livre, democrática e soberana, contra o pacto social. Ao analisarem que Tancredo Neves, presidente eleito, tentaria impedir as lutas, mobilizações populares e greves. Com o perfil da Constituinte definido, a Convergência Socialista defendeu que o PT não deveria assinar o texto².

Em 1979 surgiu a Democracia Socialista (DS). Formada a partir de Dissidências Estudantis de Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Segundo Antonio Ozai (1986), um dos fatores que permitiram a formação da DS foi a participação da Dissidência de MG e do

¹ O debate estabelecido é a atitude a ser tomada perante a estrutura sindical. Frederico (1994) afirma que os comunistas defendiam a 'Unidade Sindical'. Esta orientação era uma tentativa de manter a unidade do movimento sindical. Os outros segmentos defenderam a ideia de unidade somente entre os setores combativos, que na verdade consistia em não fazer alianças com os comunistas na tentativa de fazer com que Lula e setores ligados a esse novo sindicalismo, conquistassem a hegemonia frente ao movimento sindical. O PCB procurava conquistar as entidades sindicais. A linha política do partido para alavancar as entidades seguia a orientação leninista. De outro lado, diversos grupos de esquerda procuraram uma fórmula alternativa para reerguer o movimento dos trabalhadores. Essas organizações tentavam organizar os trabalhadores fora da estrutura sindical.

² Embora o Diretório Nacional (DN) do PT tenha aprovado a rejeição da Carta Constitucional, optou por assiná-la, como forma de participar do jogo institucional.

RS na criação do jornal “Em Tempo”³. A Democracia Socialista participou do PT desde sua fundação. Em 1983, com surgimento da Articulação dos 113, a organização passa formar articulações em composição com outras tendências que atuavam no PT. A DS compôs a “Alternativa Operária e Popular”, destacando-se como principal força política que visava construir uma articulação de esquerda revolucionária no PT. Esta articulação baseava-se na defesa da “independência política da classe trabalhadora”, “uma alternativa operária e popular”, “uma opção pela revolução brasileira”, “a democracia operária na construção do socialismo”, “a luta pela construção do PT como um partido militante, dirigente das lutas dos trabalhadores”, entre outras plataformas políticas.

Na leitura realizada por Karepovs e Leal (2007) o jornal *Em Tempo*, porta-voz da DS, propunha que o Partido dos Trabalhadores encapasse a plataforma de apoio à construção de uma Assembleia Nacional Constituinte, combinando o processo de sua construção com a luta pela derrubada da ditadura militar. Durante as eleições de 1982 lançaram candidatos próprios com a palavra de ordem ‘Trabalhador vota em trabalhador’, pois acreditavam que este mote animaria os trabalhadores e diminuiria o controle da burguesia sobre a classe trabalhadora.

A Democracia Socialista propunha construir um partido revolucionário que fosse capaz de dirigir a revolução brasileira. Esta revolução abrangeria um processo de massas, que entraria no cenário político para fazer enfrentamento ao Estado, construindo assim um novo poder político a partir dos órgãos criados pela auto-organização dos trabalhadores.

As posições assumidas pela DS tiveram a influência marcante do SU da IV Internacional, por quem os líderes da Democracia Socialista já eram influenciados antes mesmo da fundação do grupo. Em linhas gerais, a corrente dirigida por Mandel criticava a experiência stalinista e todas as outras formas de Estado burocrático, qualificados como “degenerados ou deformados”, e defendiam a ditadura do proletariado com democracia socialista, no que o partido revolucionário teria um papel fundamental a desempenhar. O SU afirmava que os Estados tinham uma natureza de classe, e que, como tal, serviam de instrumento para manter no poder uma determinada classe, o que o levava à conclusão de que “todos os Estados são ditaduras”. Nesse sentido é que a democracia burguesa representava a ditadura da classe que controlava o Estado (ditadura burguesa), mas que, contraditoriamente, era minoria em relação à classe proletariada. (ÂNGELO: 2007; p. 03).

Conforme os Cadernos de teses da DS, logo que surgiu, o PT representava um passo histórico para o proletariado brasileiro. “Representa um esforço dos setores fundamentais da vanguarda do movimento operário e popular no sentido de construir um partido próprio dos trabalhadores, com uma política própria.” (DS, 1988, p. 9). O PT também representaria o único partido em oposição a transição em curso no Brasil, que era oposto a conciliação de classes, que tinha como meta os interesses dos trabalhadores.

Para a DS o PT seria um partido estratégico. Seria necessária a construção de uma nova direção, uma nova hegemonia, fruto de um amplo reagrupamento em seu interior, unificando todos os setores que defendiam a independência de classe dos trabalhadores.

³ Conforme Karepovs e Leal (2007) o jornal *Em Tempo* agregaria, em sua primeira fase, grupos tão variados como o Centelha, de Minas Gerais, o Nova Proposta, do Rio Grande do Sul, o Movimento pela Emancipação do Proletariado, o Sub-Frente, a Ação Popular Marxista-Leninista, o Grupo Debate, o MR-8, representantes da OSI e independentes.

Esta nova direção contaria com a participação da Articulação dos 113, procurando fazer uma fusão dos setores revolucionários com o setor da vanguarda classista.

Segundo Karepovs e Leal (2007) a Democracia Socialista, ao longo da campanha pelas Diretas-JÁ, propôs que o PT lutasse para conquistar a hegemonia do movimento. Deveria o partido fazer com que a campanha negasse tudo o que a ditadura representava, lutando assim, por uma Assembleia Constituinte e por um governo dos trabalhadores. Com o falecimento de Tancredo Neves, a DS defendeu a convocação imediata de eleições gerais para Presidente da República e para a Assembleia Nacional Constituinte.

Com a instauração do Congresso Constituinte, a organização posicionou-se contrário a entregar todo o poder ao congresso, que havia sido proposto pela Convergência Socialista. Visualizavam que a composição do parlamento era extremamente conservadora.

A direita detinha 21,8% das cadeiras, os conservadores de centro-direita, 17,7%, e os liberais de centro, 47,5%. Naquelas condições, ‘defender todo o poder à Constituinte só poderia ter um significado: o de fortalecer nas massas a ilusão numa democracia autoritária, o de apoiar objetivamente a estratégia de transição à democracia moldada e controlada pela burguesia’. (Karepovs e Leal: 2007; p. 213).

1.2 As Organizações Marxista-leninistas

A Organização Comunista Marxista Leninista – Política Operária (OCML - PO), mais conhecida como Nova Polop, enxergara que o rápido crescimento petista estava ligado ao descrédito que a classe trabalhadora depositava nas alternativas políticas existentes, fosse no MDB ou no PTB, cujas alianças com as classes dominantes deixaram as reivindicações das classes subalternas em segundo plano.

Na publicação da organização, Política Operária, define o PT “como um partido organizado pela base, presente nas lutas das massas trabalhadoras e que pretende unificá-las. (OCML-PO, 1980, p. 14). O PT está organizado na luta contra o poder econômico e político dominantes. É um partido que visa à autonomia dos trabalhadores através das lutas emancipatórias, como por exemplo, a luta pela autonomia sindical, lutas salariais.

A OCML-PO acredita que o PT por ser expressão mais avançada da classe trabalhadora no Brasil possibilitará a construção de um partido revolucionário capaz de dirigir a revolução brasileira. No entanto, faz críticas à direção petista, acusando-a de “cupulismo”, como expressão da experiência política da década de “chumbo”, o período caracterizado pela existência e lutas de organizações clandestinas revolucionárias. Enfatiza que os núcleos de base formados pelo PT caracterizam uma forma de organização peculiar, que permitirá a discussão de diversas organizações incluídas no PT, como fruto da democracia interna do partido.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) teve sua fundação em 1984. Oriundos de uma cisão do Partido Comunista do Brasil pois acreditavam que o partido estava oscilando entre a burguesia e a classe operária sem uma definição ideológica precisa. O PT era um partido reformista que pregava a ascensão das massas através da ordem capitalista vigente. O PRC definia-se como uma organização marxista-leninista e formulava críticas às correntes trotskistas e ao stalinismo como degeneração do pensamento marxista. Em 1985 decide entrar para o PT por acreditarem que era o único partido não integrado com a transição burguesa. Segundo as afirmações acerca do Partido dos Trabalhadores em seu II Congresso, afirmam:

Trata-se de uma organização político-frentista hegemônica por posições reformistas, aprisionada nos marcos da ideologia burguesa dominante na sociedade e com a qual só uma ideologia revolucionária pode romper. Não esperamos, tampouco, que o PT venha a se transformar em um partido revolucionário marxista-leninista, pois as premissas ideológicas deste último são totalmente diferentes. (II CONGRESSO, 1985).

O PT seria então um partido de frente de esquerdas, que agruparia uma constelação de partidos e tendências em seu interior. O PRC não coloca-se como uma tendência do PT, define-se como uma organização política revolucionária clandestina, com existência própria, autônoma, que define sua atuação partidária-legal de seus militantes, como filiados individuais.

O Movimento Comunista Revolucionário (MCR) foi fundado em 1985, uma fusão do MEP, da Ala Vermelha, OCDP. Para o MCR, a construção do Partido dos Trabalhadores passa pelo combate ao basismo, ao obreirismo e à supremacia das correntes autonomistas e social-democrata. Em seu I Congresso afirmam que trabalhavam para construir o PT como um amplo instrumento político, que representasse a unidade dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Não acreditavam na ideia de que o PT fosse um partido revolucionário. Reconheciam que o partido cumpriria um papel estratégico para a revolução brasileira, por reunir diversos setores da classe trabalhadora. O MCR lutava pela unificação dos comunistas revolucionários brasileiros em um único partido. Nas condições objetivas brasileiras, a revolução tem um caráter socialista, pois visa criar e assegurar as condições para a transição do capitalismo ao socialismo e cumprir as tarefas democráticas, anti-monopolistas e anti-imperialistas.

1.3 - As Novas Tendências Petistas

A fim de entendermos a metamorfose petista, sua transformação em partido eleitoreiro, um partido profissional da ordem burguesa, verificaremos se realmente esta transformação ocorre a partir de 1989, analisaremos também, quais são as novas tendências que surgiram no período delimitado, suas bases programáticas, os debates estabelecidos pelas novas organizações petistas e seus processos de modificações de atuação políticas e ideológicas.

A polêmica acerca das tendências se iniciou durante o 5º Encontro Nacional de 1987 através da resolução que regulamentava as tendências internas. Esta considerava inconciliável a existência de partidos dentro do partido. Assim às vésperas do 7º Encontro Nacional o Diretório Nacional regulamenta a resolução. Logo, as organizações presentes no PT deveriam acatar o programa petista, reconhecer o partido como estratégico para a construção do socialismo, não deveriam ter política própria ao PT, poderiam publicar jornais internamente ao partido, poderiam ter escritórios e sedes próprias desde que não constituíssem organização externa ao partido. Estava assim criada a polêmica.

A regulamentação de tendências representava uma tentativa de homogeneizar o partido internamente e uma também de criação de uma identidade política-partidária. Segundo Costa (1998) esta regulamentação representa a dissolução das organizações marxista-leninistas.

O PRC, que foi fundado em 1984, como uma organização revolucionária e clandestina, em 1989, passa por um processo de ruptura com a teoria marxista, tornando-se outra organização, a Nova Esquerda (NE). Esta é certamente a tendência petista que mais mudou suas concepções e sua ideologia. Em 1989, Tarso Genro, dirigente do PRC,

afirmava que, não há ‘uma crise revolucionária na sociedade brasileira’, há ‘uma crise aberta’; no ‘movimento socialista como generalidade abstrata’. Até que os ‘valores se recuperem na URSS, revitalizam os pressupostos da democracia burguesa clássica e recolocam a questão democrática como uma questão de fundo para o socialismo, destacando a vitalidade da democracia burguesa clássica.

No manifesto por uma Nova Esquerda (1989) inicia-se com uma análise da teoria da história, voltada a crítica da teoria marxiana, apontando que Karl Marx, Frederick Engels e os autores que seguiram suas tradições teóricas, estariam aprisionados a determinadas contradições, que o conceito de razão estaria reduzido a uma razão instrumental. O marxismo havia tornado-se uma razão dogmática e prostituída pela certeza, uma razão que já não constrói nada além de blindagens conceituais que a protegem do mundo.

Para Silva (2001) o PRC por manter suas concepções que entraram em conflito com o setor majoritário, a tática de desestabilizar a Nova República através de um processo cuja proposta era a construção de uma Alternativa Democrática, Operária e Popular causaram relações tensas e conflituosas, entre o PRC e o PT. Esta alternativa se contrapunha à estratégia Democrática e Popular, formulada pela Articulação.

Com a queda do Muro de Berlim o paradigma do socialismo parece ter caído com ele. José Genoíno (1991) afirma ter rompido com a ortodoxia marxista dizendo “que se recusa a ter uma filiação doutrinária única”. A necessidade de afirmar que um novo projeto político era necessário, e fez com que Genoíno realizasse declarações como estas. Líder do Partido Revolucionário Comunista, filiado ao marxismo-leninismo, em 1989 decidiu dissolver a organização e adotar o caráter de tendência petista.

O PRC assumiu uma denominação: Nova Esquerda. Suas críticas estavam direcionadas a ortodoxia marxista. Seus representantes se auto-definem ideologicamente como socialistas democráticos que “busca pautar sua atividade política por um conceito revolucionário de emancipação da humanidade de emancipação do indivíduo”. Genoíno: 1991, p. 24).

O rompimento com a ortodoxia consiste em uma revisão da teoria socialista, assim como, de seus conceitos. A luta de classes seria um instrumento analítico da teoria marxista para a compreensão da sociedade moderna. Nas análises da Nova Esquerda (1989) está explícita a ideia de que a revolução socialista representaria uma redução de análise contemporânea. Segundo Silva (1998) a tendência:

centraliza sua atuação no parlamento, compreendido como o lugar privilegiado para implementar a reforma do Estado. Esta política se expressou na resistência à palavra de ordem Fora Collor; na defesa da governabilidade do governo Itamar Franco; na cruzada pelo parlamentarismo; na proposta de participar positivamente da revisão constitucional; na insistência, reiterada em vários momentos, em prol de uma ampla política de alianças da esquerda e centro-esquerda; na defesa da reforma do Estado. (Silva: 1998; p. 170).

Podemos com isso afirmar que o antigo partido revolucionário, que propunha a revolução comunista, que havia surgido como clandestino em 1984, neste momento histórico de ampla revisão da teoria socialista, acaba, por sua vez, aderindo a um socialismo democrático, pluralista e de massas. Temas estes já propostos por outros partidos no mundo, como por exemplo, o Partido Social-Democrata Polonês. A

Articulação já na década de 1980 propunha tese semelhante. Por esta razão a uma aproximação da Nova Esquerda com a Articulação.

Juarez Guimarães⁴ (1989, p. 6) diz que o manifesto de lançamento da NE vem carregado de críticas ao dogmatismo como a necessidade de libertação “das heranças teóricas que oprimem nossos cérebros”. Afirmar que se existe uma crise do movimento operário, e do marxismo, reside no fato de enunciar respostas políticas aos novos desafios estabelecidos pela história. Salienta o autor que estas colocações elaboradas pela Nova Esquerda são resultantes da incompreensão do marxismo como filosofia da práxis. “A prática revolucionária é o elo de ligação entre as leis objetivas que regem a sociedade capitalista e a intervenção consciente dos homens, para transformá-la.” (Guimarães: 1989, p. 07).

O Movimento por uma Tendência Marxista (MTM) é um movimento interno ao PT surgido a partir da dissolução do PRC. Diferentemente da NE, este agrupamento é definido pelo marxismo, tido como corrente crítica e revolucionária. Por outro lado, há necessidade de se caracterizar com um partido de massas pluriclassista, como unificador de tendências com frações de classes diferentes.

Isto porque o MTM acreditava que a revolução brasileira não poderia ser concretizada por uma única classe social, o que implica a necessidade e construção de uma união das classes dominadas e oprimidas.

Em suas formulações, *Resoluções da I Conferência Nacional do Movimento por uma Tendência Marxista do Partido dos Trabalhadores* (1991), o PT aparece como uma organização revolucionária e socialista, como um partido operário e popular. Pretendiam fazer sua defesa como um organismo que assumisse um papel estratégico central da revolução socialista, penetrando nas aspirações dos trabalhadores, tornando-se uma possibilidade concreta de mudança.

A formação desta tendência é parte integrante da construção do Partido dos Trabalhadores. Entendiam que o partido estava em formação e que seus rumos encontravam-se em disputa. Assim como afirma suas resoluções:

Seu futuro será decidido fundamentalmente numa disputa de grande envergadura em torno da política e da estratégia, que envolva o conjunto de seus militantes e as próprias massas que nele se referencia, fortalecendo-o política e organizativamente. Para ajudar na realização de tal tarefa é preciso constituir uma nova tendência petista de esquerda, organizada e atuante. (MTM: 1991).

Entendemos assim que o Movimento por uma Tendência Marxista do PT acreditava na ideia de que o partido ainda encontrava-se em disputa e, que suas bases organizativas estavam a construir a identidade petista. Parecem não levar em consideração os dez anos de formação partidária, as lutas travadas ao longo da década de 1980 e, os processos eleitorais dos quais o PT havia participado, que por sua vez permitiriam uma guinada à direita no espectro político, devido ao peso e a importância dadas a institucionalidade.

Este movimento petista, por outro lado, discordava das formulações da Nova Esquerda no tocante a avaliação da falência do regime socialista do Leste Europeu. Acreditavam que se passou foi o fim de um processo aberto controlado pelas políticas de

⁴ Escreveu um artigo ao jornal *Em Tempo* em Outubro de 1989, A “Nova Esquerda” e o marxismo”, abordando o debate acerca da ruptura da teoria marxista pela Nova Esquerda.

Stalin e, que se tratava do colapso de um conceito economicista do socialismo. Estas diferentes concepções acerca da bancarrota no Leste Europeu surgiram duas tendências: A Nova Esquerda e o Movimento por uma Tendência Marxista. Em 1990, ao longo do Encontro Nacional que deveria formar a NE, surgiram duas teses. Uma intitulada *Para uma estratégia revolucionária* (1990), que defendia a ideia que o marxismo não representaria mais a expressão do operariado, negando assim, sua filiação a esta doutrina. Outra tese apresentada *PT: que socialismo* (1990), também defendendo uma postura não ortodoxa acerca do marxismo, mas mantiveram muitos dos princípios revolucionários marxistas, e que resultou em uma apreciação de tipo dogmática pelos integrantes da Nova Esquerda.

Rogério Corrêa⁵ (1990) afirma que os militantes de Minas Gerais ao formarem o MTM, a partir de um grupo que era conhecido como Corrente Revolucionária, não haviam rompido com a Nova Esquerda por ela ter sido constituído somente no Encontro Nacional. A negação de incorporar a NE deve-se ao fato dela ter rompido com o marxismo, renunciando à elaboração de uma via revolucionária da classe trabalhadora.

No entanto, afirma que o Movimento por uma Tendência Marxista do PT também havia negado o dogmatismo, ou seja, a negação adveio de fato ao stalinismo, que acabou desqualificando a filosofia da práxis, colocando o marxismo como alvo central do combate teórico, o abandono da luta de classes como determinação objetiva da estratégia socialista.

Em relação às tensões internas do Partido dos Trabalhadores, na preparação para o I Congresso, tenta-se determinar que a construção do socialismo representará o fruto inevitável da história da humanidade, negando-se a experiência soviética, sob a égide de Stalin, que negava o papel do indivíduo. Por outro lado, havia também a crítica às versões liberais do socialismo, “que dissolve luta de classes e revolução social como categorias-chave da estratégia socialista, faz a apologia de um sujeito infinito e regenera o reformismo.” (Corrêa: 1990, p. 16).

Conclui o autor, afirmando que o Movimento por uma Tendência Marxista do PT pensa em um marxismo como uma corrente de pensamento crítica, antidogmática, e revolucionária, antireformista. Neste sentido sua crítica se dirige às sociedades totalitárias e burocratizadas, na tentativa de construir um PT socialista.

Outra grande mudança nas bases organizativas do PT foi a expulsão da Causa Operária em 25 de março de 1990, em uma resolução publicada pelo Diretório Nacional, *O PT e as Organizações* (1990). Esta resolução decide não reconhecer a Causa Operária como tendência petista. Conforme documento a CO teria infligido dois itens da Resolução sobre Tendências do 5º Encontro Nacional. “O PT afirma não admitir em seu interior, organizações com políticas particulares em relação a política geral do partido”. (5º Encontro Nacional: 1987). Temos também outro item da resolução que afirma: “que a tendência não pode construir um partido distinto do PT e deve reconhecer expressa e praticamente o PT como partido estratégico no rumo do socialismo”. (5º Encontro Nacional: 1987). Esta era acusada em manter uma dupla militância no interior do partido. A resolução ordenava que deveriam abandonar suas vinculações com os demais partidos, organizações autônomas, que não o PT.

O estopim desta polêmica foi a publicação, em 1988, de uma Resolução Política da III Conferência da Organização da Quarta Internacional (OQI), no jornal *Causa Operária*, onde diz:

⁵ Forneceu entrevista ao jornal *Em Tempo* de março/abril de 1990, intitulado: “*Por um marxismo antidogmático e revolucionário.*”, abordando as diretrizes do Movimento por uma Tendência Marxista.

A nossa participação nas eleições, lançando candidatura ou apoiando candidatos pelo PT não está determinada de forma alguma pelas características do programa do PT, mas pelo fato de que este se constitui em um terreno – na medida em que é uma referência eleitoral para os trabalhadores e o ativismo sindical e que se apresenta de forma independente das organizações da burguesia – onde se possa realizar um reagrupamento revolucionário no sentido da construção de um partido operário revolucionário. (Causa Operária: 1988).

Esta declaração confronta a Resolução Política petista do 5º Encontro Nacional sobre as tendências internas, pois, uma vez regulamenta o direito de tendências, as organizações deveriam abrir mão de sua atuação em outros agrupamentos políticos e deveriam também aceitar o Partido dos Trabalhadores como estratégico. Com este debate aberto pelo Diretório Nacional a Causa Operária não foi reconhecida como uma tendência interna sendo automaticamente desligada do partido.

A tendência expulsa afirma nunca ter formulado e defendido à ideia internamente ao PT de tê-lo considerado como partido tático, como uma organização política de frentes partidárias.

Nos é, e sempre foi estranha a noção de construir uma ‘partido frente’ dentro do qual atuaria outro partido, este sim revolucionário; um ‘partido institucional’, que serviria para as eleições e o parlamento, mas não para a revolução e a luta pelo socialismo; um ‘partido legal’ que serviria de fachada para um outro, clandestino; um partido ‘de massas’ que seria diferente de um outro ‘de vanguarda’ (Causa Operária: 1990; p. 6).

Dito em outras palavras, a Causa Operária⁶ negava a postura segundo a qual poderia construir-se um partido revolucionário fora do PT, este seria o embrião do partido da transformação social, e socialista. Ao longo de sua trajetória defenderam uma política voltada aos trabalhadores, a construção de uma organização classista, que seja representante da revolução socialista.

Em meio ao fogo cruzado, a CO, acusada de não respeitar as resoluções petistas acusa o setor majoritário de cometer erros, desvios, em causa própria, reivindicando-se como expressão máxima do partido. Um caso que poder servir de exemplo foi a acusação ao setor majoritário de defender o PDT com a candidatura de Brizola no Rio de Janeiro, postura essa, segundo a Causa Operária (1990) “contra a vontade das bases partidárias”.

Alega-se que a Articulação e os setores que a apóiam cometerem uma violação do item 7 das resoluções do 5º Encontro Nacional, ou melhor nas palavras da CO: “abandonaram o caráter estrategicamente socialista da nossa luta em favor dos objetivos ‘táticos’ e transformaram assim o PT em um partido ‘tático’, de um tipo de ‘tática’ que se coloca em oposição à estratégia da luta pela revolução socialista” (Causa Operária: 1990; p. 06).

⁶ Artigo escrito na primeira quinzena de abril de 1990 intitulado: *Sobre a resolução do Diretório Nacional do PT*, abordando a questão de seu não reconhecimento como tendência interna.

Em outro artigo⁷ afirma que a Comissão de Tendências (CT) do PT nega à CO o direito de divergências. O documento insere ao Partido dos Trabalhadores o que ficou conhecido como “crime de opinião”, julgando até onde as tendências em suas formulações teóricas acerca da política do partido, quais posições tornam-se aceitáveis ou não. Esta atitude tem como princípio básico estabelecer uma regulamentação as atividades das organizações internas, “uma tentativa de regulamentar a opinião, as posições políticas, não apenas de uma tendência em particular, mas de todas as tendências, mas de todo partido” (Causa Operária: 1990; p. 06).

Assim, a corrente afirma se existe um crime de opinião significa dizer que não há uma liberdade de expressão. Com base no título do artigo *A liberdade é sempre e apenas liberdade para quem pensa de modo diferente*, significa dizer que a existência de tendências internas é o direito de divergência de quem pensa diferente. Em outras palavras, a Causa Operária pede o direito de discordar do setor majoritário, Articulação, e dos setores que a apóiam.

Decorrentes de sua expulsão a sua não aceitação é baseada em sua atuação política, afirmando que estiveram presentes no partido desde suas origens, de terem defendido a concepção de que o PT poderia possuir um programa revolucionário, defenderam também a organização petista por local de trabalho, sua inserção no movimento sindical.

Conclui a corrente o que se reivindica está acima do reconhecimento da corrente como tendência, trata-se da defesa do direito de divergências e do próprio direito de tendências no interior do Partido dos Trabalhadores.

No Jornal da Tarde (30/03/ 1990), Paulo Okamoto, presidente do PT – SP, afirma que a expulsão da Causa Operária é a primeira de uma série, que deverá incluir outras correntes como o PRO, PCBR, POR, O Trabalho, caso estas não acatem as determinações petistas. Este é um processo de metamorfose da atuação política do Partido dos Trabalhadores que culminou com o processo de reestruturação da Nova Ordem Mundial.

A Convergência Socialista⁸ também foi alvo de duras críticas do Diretório Nacional. Durante uma greve dos servidores municipais de Timóteo (MG) a CS rompe com as determinações da administração municipal, governada pelo PT, durante o processo de negociação. Temos aqui mais um caso de uma tendência petista que rompe com as determinações da Resolução sobre Tendências de 1987. Este foi um processo de ruptura iniciado pela organização, que em 1993 acabaria expulsa do partido por não acatar as decisões petistas. Outro episódio ocorreu em Diadema/SP em uma ocupação de um terreno que ocasionou a expulsão de um vereador ligado a CS.

Em artigo⁹ a DS critica a atuação da Convergência Socialista afirmando que esta procura construir um PT das origens. Usa assim de métodos que se opõem às resoluções dos Encontros e Congressos petistas. Afirma que a tendência aponta que os principais problemas enfrentados pelo partido encontram-se nas administrações municipais, onde

⁷ Causa Operária na segunda quinzena de julho de 1990 publica: ‘*A Liberdade é sempre e apenas liberdade para quem pensa de modo diferente*’, onde encontramos trechos de seu documento apresentado ao Diretório Nacional do PT

⁸ Expulsa em abril de 1992 por se posicionar a esquerda do PT. Em 1993 juntamente com cinco agrupamentos – Liga Democrática, Democracia Operária, Núcleo de Independência Proletária, Movimento Socialista Revolucionário e Partido da Frente Socialista -, fundou o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

⁹ Escrito ao jornal *Em Tempo* de setembro de 1989, intitulado: *O novo giro sectário da Convergência Socialista*.

ao invés de enfrentar os padrões e os governos, apoiados nas grandes mobilizações populares, o PT vem se posicionando contra elas. Desta forma a CS é acusada de sectária face a sua visão com a política e aos demais setores do movimento operário.

Na prática, a CS atuava como fração pública do PT. Essa tática expressava uma análise sobre o PT e a sua direção hegemônica que, paulatinamente, se tornava predominante no interior da CS: a ideia de que o movimento de massas estava em ascenso e chocava-se com a direção petista integrada à ordem burguesa e em crescente desprestígio diante das bases, particularmente onde o PT administrava o aparato burguês municipal (Silva: 2001).

Com isso a Convergência Socialista pretendia ganhar a direção dos movimentos classistas. Segundo Silva (2001) a tática era aprofundar suas críticas ao setor majoritário do PT e da CUT fortalecendo sua imagem nas disputas sociais e eleitorais.

Em 1990 o Diretório Nacional exige que a CS deveria tornar-se tendência interna do partido, ao passo que haviam setores que pediam sua expulsão. Silva (2001) ressalta que vários dirigentes pediam sua expulsão, como é o caso de Luiz Gushiken, mas no entanto, também existiram pedidos pela sua não expulsão.

Foi formada uma comissão composta por Cesar Alvarez, João Machado e Perseu Abramo para discutir a postura da corrente com o PT. A comissão alegou o não reconhecimento da Convergência Socialista explicitando que esta teria uma postura política-partidária independente ao partido alegando que: possuía políticas próprias, distribuição de jornais fora do PT, manutenção de sedes próprias, etc.

Os dirigentes da CS recorrem a esta decisão alegando que esteve presente no partido desde sua fundação, afirmavam que sua atuação não era contraditória aos direcionamentos partidários, pois, sempre acatou as resoluções políticas, inclusive a regulamentação de tendências do 5º Encontro Nacional, sempre atuou nos movimentos sociais como petistas.

Silva (2001) afirma que o CEN – PT acabou por reconhecê-la como parte integrante do Partido dos Trabalhadores, e que esta deveria submeter-se as diretrizes estabelecidas pela Comissão de Tendência e pelo Diretório Nacional. Entretanto, como salientamos anteriormente, é sabido que os conflitos internos entre o PT e a Convergência Socialista não tiveram seu fim, a partir desta definição da Comissão Executiva Nacional, pois em 1992 a tendência seria expulsa do partido, e um ano depois viria a fundar o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

Outra mudança significativa foi à fundação em 1991 da tendência Projeto para o Brasil (PPB), que se tornou posteriormente Democracia Radical. Originado a partir de um manifesto apresentado ao I Congresso (1991), intitulado *Um projeto para o Brasil*. Este documento trouxe uma série de questões como a necessidade de renovação, a crítica ao autoritarismo da trajetória da esquerda, enfim, esta nova tendência petista trazia a importância da heterodoxia. Segundo Azevedo (1995) a Democracia Radical é uma corrente situada no campo da direita e era composta por ex-integrantes da Articulação, como o paulistano Francisco Whitaker, Irma Passoni, Vitor Buaiz, José Genoíno e Eduardo Jorge que liderava a Vertente Socialista.

Segundo Pomar (2005) a conversão à direita foi muito intensa entre integrantes da tendência trotskista O Trabalho. Antonio Palocci, Luís Gushiken, Clara Ant são exemplos de ex-militantes da tendência que também formularam críticas a história do marxismo e ao socialismo real, assim como, aconteceu com Genoíno e Tarso Genro.

O manifesto *Por um PT Socialista e Revolucionário* (1991) lançado por tendências da esquerda, Movimento por uma Tendência Marxista, Força Socialista e Vertente

Socialista, denuncia a direitização do partido. Afirma a necessidade do desenvolvimento de uma alternativa revolucionária, critica as correntes que defendem o reformismo e enfatiza que ser inovador é o acúmulo revolucionário das lutas sociais. Trata-se de garantir a transição revolucionária nas condições históricas brasileiras, que garanta aos trabalhadores o poder político, o status de classe dirigente.

As correntes situadas no campo da esquerda revolucionária não mais encontravam espaço para disputar as arenas decisórias do partido. Por que então estas permanecem no Partido dos Trabalhadores?

Observamos ao longo desta pesquisa que o PT não é mais o mesmo de suas origens, ou seja, toda radicalidade apresentada até o fim da década de 1980 se desfaz com o advento do fim do socialismo real. Com a conquista de prefeituras e cargos parlamentares, a institucionalidade ganha demasiado espaço na atuação petista. Muitos militantes ligados aos movimentos populares assumiram cargos de importância nos governos. O apontamento petista como alternativa eleitoral acompanhou o crescimento da máquina partidária e consequente burocratização.

Segundo Antonio Ozai da Silva:

...a esquerda petista justifica a permanência no partido com a tese de que é necessário disputar a hegemonia de sua direção política. Nenhuma novidade! As posições políticas precisam construir um discurso que as justifiquem. As interpretações condescendentes favorecem a construção de argumentos deste tipo, mas estas, e as boas intenções, não mudam os fatos (Silva: 2009; p. 29).

A Articulação havia tornado-se a tendência majoritária conseguindo aprovar suas propostas e ditar os rumos do PT, e muitas outras tendências entraram em um processo autocrítico e de reformulação teórica. Aqui podemos confirmar a hipótese de que a Metamorfose da Atuação Política do Partido dos Trabalhadores tenha se dado no período de 1987 – 1991, quando ocorre a queda do muro de Berlim e o desmonte da URSS. Como tentamos demonstrar ao longo desta pesquisa as grandes transformações conjunturais estabelecem-se neste período, assim como as transformações políticas-partidárias. O processo de aceitação da institucionalidade negando assim suas origens, onde o partido apresentou-se ao mundo como diferente dos partidos ditos tradicionais, o aprofundamento da proposta de democracia representativa se contrapôs ao socialismo, ou seja, o que era um meio para se alcançar a transformação social, tornou-se um fim em si mesmo, as tendências representativas da esquerda revolucionária petista, sendo algumas delas oriundas do processo da luta armada, foram expulsas. Essas são as hipóteses confirmadas nesta pesquisa para demonstrar a Metamorfose da Atuação Política do Partido dos Trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELO, Vitor Amorim de. *A Trajetória da Democracia Socialista: da fundação ao PT*. Dissertação (Mestrado) – Ufscar, São Carlos, 2007.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A Estrela Partida ao meio*. Ambiguidades do pensamento petista. Entrelinhas: São Paulo, 1995.
- BERBEL, Márcia Regina. *Partido dos Trabalhadores: tradição e ruptura (1978 – 1980)*, 1991. Dissertação (Mestrado) História, FFLCH da USP, São Paulo.
- BETTO, Frei. Cristianismo e marxismo. In: LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina: uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BETTO, Frei. A Educação nas classes populares. In: *Encontros com a civilização brasileira*. v.13 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- BORON, Atílio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- CADERNOS DA ARTICULAÇÃO. Teses Nacionais. Por um PT de massas, democrático e socialista. São Paulo: 1987.
- CADERNOS DA DEMOCRACIA SOCIALISTA. Teses. São Paulo, 1988.
- Causa Operária. Bases Programáticas: A Luta por um partido operário no Brasil. São Paulo: n° 1, set., 1988.
- _____. Sobre a resolução do DN do PT. São Paulo: n° 105. Abril, 1990.
- _____. Contra a expulsão da Causa Operária. São Paulo: n° 105. Abril, 1990.
- _____. “A Liberdade é sempre e apenas liberdade para quem pensa de modo diferente”. São Paulo: n° 110. Julho, 1990.
- _____. Resolução do DN. São Paulo: n° 110. Julho, 1990.
- _____. Em defesa do direito de tendência no PT. São Paulo: n° 110. Setembro, 1990.
- COSTA, João Bosco de Araújo. *O Imaginário político do Partido dos Trabalhadores: o petismo, o sistema representativo e o poder local*. Tese (Doutoramento). São Paulo, PUC, 1998.
- Chauí, Marilena. *O PT leve e suave?* São Paulo: Ed. Brasiliense. 1986.
- Desvios. A Rebelião do coro, autonomia e vontade política. São Paulo: n° 2, ago/ 1983. Diretório Nacional. O PT e as Organizações. São Paulo, 1990.
- DUSSEL, Enrique. Teologia da Libertação. In LOWY, Michael (org.). *O marxismo na América Latina. Uma utopia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: ed. Perseu Abramo, 1999.
- Em Tempo. O PT e o partido revolucionário no Brasil. São Paulo, 1981.
- _____. A “Nova Esquerda” e o marxismo. São Paulo: n° 239. Outubro, 1989.
- _____. VII Encontro: a consolidação da democracia. São Paulo: n° 245, junho, 1990.
- _____. Regulamentação das tendências internas. São Paulo: n° 245, junho, 1990.
- _____. O PT e as eleições de 90. São Paulo: n° 246, jul/ 1990.
- _____. A Esperança não foi as urnas. São Paulo: n° 248. Outubro/novembro, 1990.
- _____. Morte do Comunismo? São Paulo: n° 248. Outubro/novembro, 1990.
- _____. Congresso do PT: Acertando o rumo. São Paulo: n° 252. Agosto, 1991.
- _____. As letras do I Congresso. São Paulo: n° 252. Agosto, 1991.
- _____. As tendências e a construção partidária. São Paulo: n° 252. Agosto, 1991.
- _____. Uma crítica ao “Projeto para o Brasil”. São Paulo: n° 255. Novembro, 1991.
- _____. Venceu a democracia. São Paulo: n° 256. Dezembro, 1991.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

- FERNANDES, Florestan. Frente Popular Brasil – Da aliança à Solidariedade. Teoria e Debate. São Paulo: N° 08. out.; nov.; dez., 1989.
- GARCIA, Marco Aurélio. “Esquerdas: rupturas e continuidades”. Evelina Dagnino (org.) *Anos 90: sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- GENRO, Tarso. Os desafios da tragédia. Estudos Avançados. N° 14, 2000.
- GOHN, Maria da Glória M. *História dos movimentos e lutas sociais*, São Paulo: Loyola, 1995.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GREINACHER, Norbert. Teologia no “Primeiro Mundo”? In BOFF, Leonardo (org.) *Igreja: Entre norte e sul*. São Paulo: ED. Ática, 1995.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: edições graal, 1978, p.11 e seguintes.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe*. O PT entre a negação e o consentimento. Editora: Expressão Popular, São Paulo, 2006.
- KECK, Margaret E. *PT a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- KAREPOVSS, Dainis e LEAL, Murilo. Os Trotskismos no Brasil: 1966-2000. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- LIBARDI, Ana Paula de Souza. A Guerrilha armada: A ALN na imprensa (1969-1974). In Revista Agora. Vitória: n° 6, 2007.
- Manifesto, Programa, Estatuto e Discurso de encerramento da 1ª Convenção Nacional*. São Paulo: 1981.
- MARTINEZ, Paulo Henrique. *O Partido dos Trabalhadores e a Conquista do Estado: 1980-2005*. IN RIDENTI, Marcelo e REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- MENEGUELO, Raquel. *PT: A formação de um partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MERCADANTE, Aloísio. Trabalhadores: Entre a reação conservadora do "sindicalismo" e a ruptura histórica da CUT. Revista Teoria & Debate. São Paulo: N° 01, dezembro de 1987.
- Nova Esquerda. Por uma Nova Esquerda. São Paulo, 1989.
- O que é a Democracia Socialista. *As posições políticas da Organização Revolucionária Marxista Democracia Socialista*. São Paulo. 1983.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Qual é a do PT?* Ed. Brasiliense: SP, 1986.
- Política Operária. *Partido dos trabalhadores: Uma realidade vitoriosa*. São Paulo: n° 1, ago/1980.
- POMAR, Valter Ventura da Rocha. *A Metamorfose. Análise econômica, programa e estratégia do Partido dos Trabalhadores: 1980-2005*. Tese de doutoramento. São Paulo: USP (FFLCH), 2005.
- PONT, Raul. *Breve História do PT. 1979-1991: das origens ao 1º Congresso*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992.
- PRZEWORSKI, Adam. *Democracia e Mercado*. Reformas Políticas e Econômicas no Leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- MCR. *Resoluções do 1º Congresso do Movimento Comunista Revolucionário*. São Paulo, 1985.
- SILVA, Antonio Ozaí da. *História da tendências no Brasil. Origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag Editorial, [1986?].
- _____. *O Trabalho (OT) – Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores*. REA: 2001. Ano I, n° 01, junho.

- _____. *A Democracia Socialista (DS)*. REA: 2001. Ano I, nº 02, julho.
- _____. *As origens e ideologia do Partido dos Trabalhadores Unificado (PSTU)*. REA: 2001. ANO I, nº 03, agosto.
- _____. *A Causa Operária*. REA: 2001. Ano I, nº 04, setembro.
- _____. *Ruptura e tradição na organização política dos trabalhadores. (Uma análise das origens e evolução da Tendência Articulação-PT)*. REA: 2003. Ano II, nº 22, março.
- _____. *A Esquerda marxista e o PT*. REA: 2008. Nº 87, agosto.
- _____. *A esquerda marxista e o PT II. A Nova Esquerda (NE) e o Movimento por uma tendência Marxista (MTM)*. REA: 2008. Nº 89.
- _____. *Nem reforma nem revolução: a estrela é branca*. IN ANGELO, Vitor Amorim e VILLA, Marco Antonio (orgs). *O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira*. São Carlos: Edufscar, 2009.
- SOUSA, Lincoln Moraes de. *Crônica de um partido não anunciado: programa e governos do PT entre 1979-2000. Tese de doutoramento*. Campinas: Unicamp, 2004.
- SOUZA, Maria do Carmo C. Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.
- VERTENTE SOCIALISTA. *Manifesto de constituição da Tendência Nacional interna ao Partido dos Trabalhadores*. Circulação interna ao PT. Março, 1989.
- VIANA, Gilney Amorim. *A Revolta dos Bagrinhos*. Belo Horizonte: Segrac, 1991.
- WEFFOT, Francisco C. *PT. Um projeto para o Brasil*. Seminário realizado em São Paulo nos dias 15 e 16 de Abril de 1989. Ed. Brasiliense: 1989.